

Sarney quer dividir responsabilidades

CARLOS CHAGAS

Em conversa informal, no café da manhã de ontem, o presidente José Sarney queixou-se da falta de compreensão dos Estados e municípios, atemorizados por posturas do passado e imaginando ter o governo federal a obrigação de resolver todos os seus problemas. Não particularizou nenhum, mas estava respondendo de modo claro e objetivo às críticas formuladas na véspera pelos prefeitos de capital e alguns governadores. Reunidos em Brasília, eles protestaram pela falta de ajuda do Palácio do Planalto. Sarney disse ao repórter que o governo federal cumpre a sua parte. O Plano Cruzado estabilizou a economia e dá certo, apesar dos obstáculos conjunturais enfrentados. O déficit público foi reduzido, as empresas estatais ortomaram o que puderam em seus orçamentos. No plano político, promoveu-se a abertura plena e está em preparação a Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de traçar os rumos institucionais das próximas décadas.

“Não é possível arcarmos com tudo” acentuou. “Não posso ser presidente da República e, ao mesmo tempo, prefeito das capitais. Lutamos para restabelecer o sentido da Federação, que por tanto tempo representou mera ficção de Direito. Cada um deve fazer a sua parte. Assumir suas responsabilidades, equilibrar suas finanças e deixar de recorrer a Brasília como se ainda estivéssemos na época em que as coisas se resolviam através de repasses financeiros e de emissões descontroladas. O resultado foi o que se viu, e não repetiremos o erro.”

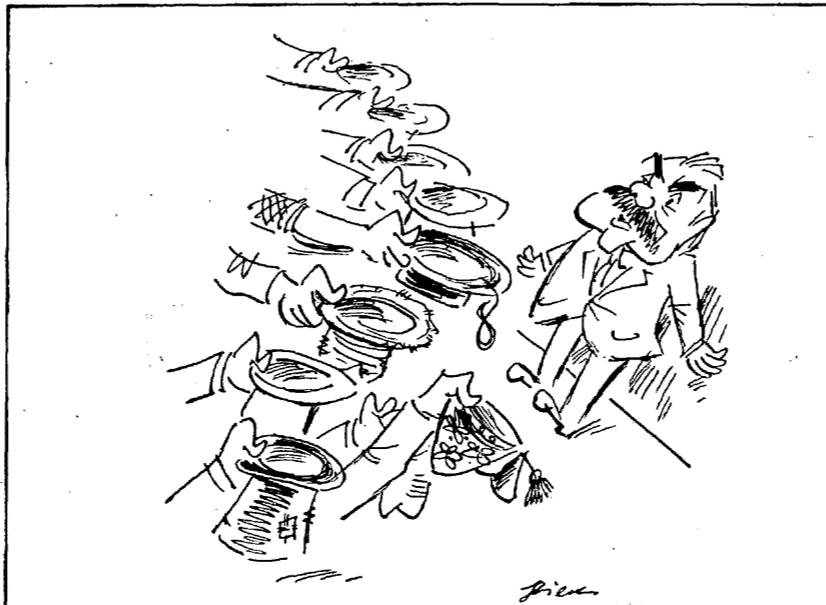
Para o presidente, as dificuldades são gerais e precisam ser igualmente repartidas entre a União, os

Estados e os municípios. Os gastos precisam ser ordenados e prioritariamente escalonados. Não há como aceitar que todas as questões ligadas à saúde pública, à segurança e à educação, por exemplo, sejam canalizadas para o plano federal. Até a avenida Brasil, no Rio de Janeiro, está sendo apresentada como um problema federal. As dívidas externas dos bancos estaduais são encampadas pelo Banco Central e muitos acham perfeitamente natural.

Em seu entender, no plano tributário, o governo federal já contemplou Estados e municípios conforme seus reclamos. O que eles precisam é administrar os próprios recursos, assumindo a responsabilidade por sua aplicação útil. O Rio Grande do Sul tem o dobro de funcionários públicos do que o Paraná. A solução não pode estar no apelo exclusivo e permanente a Brasília, em especial porque Brasília tem cumprido o seu dever. Os planos e projetos nacionais estão em desenvolvimento e os sacrifícios feitos em investimentos mostram-se à vista de todos.

Democracia com partidos fortes

A conversa passa para a Assembleia Nacional Constituinte e Sarney acentua estar chegando o grande momento de serem erigidas instituições permanentes no País. Os constituintes serão livres para atuar como bem entenderem, mas, na sua opinião, além da necessidade de remontarem a Federação, eles precisarão cuidar de uma série de outros temas fundamentais. Como o plano partidário. Não há democracia estável sem partidos fortes. Hoje, por força de decisão do Congresso, tomada no ano passado, verifica-se uma facilitação e uma permissibilidade geral.



As disposições referentes aos partidos geraram crises, com a defecção de líderes e de grupos por motivos meramente eleitorais. A mudança de parlamentares sem qualquer ônus para eles e até a formação de partidos de ocasião, meramente para disputar eleições, dificultaram o já complicado quadro partidário. Há necessidade de uma revisão ampla na Constituição e depois na Lei, capaz de estabelecer limites para a ação e o funcionamento dos partidos. Não se trata de estruturá-los de cima para baixo. A experiência revelou-se desastrosa, importando fixar parâmetros dentro dos quais a vida partidária evolua.

O presidente não pensa no particular, mas no geral. Os pequenos partidos têm seu lugar, desde que provados nas urnas. As eleições de

novembro servirão para modenar o processo e mostrar quem tem votos. Portanto, devendo funcionar plenamente como partido. Não acredita em implosões, muito menos do PMDB, a maior estrutura partidária atual, opção de centro-esquerda. A Assembleia Nacional Constituinte, através de seus debates, servirá como elemento de ordenação ideológica.

Havendo um arcabouço constitucional capaz de permitir o reforçamento partidário, com os partidos assumindo sua parcela de responsabilidade no poder, Sarney julga natural que os constituintes examinem o problema dos superpoderes do presidente da República. A soma de prerrogativas do inquilino do Palácio do Planalto, em suas palavras, é dema-

siada. Pessoalmente, procura comportar-se com discrição e comedimento, mas quem garante que depois dele alguém não venha a abusar de tais poderes?

Sem entrar em detalhes, admite a tese atualmente debatida na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que examina uma espécie de presidencialismo - parlamentarista, com a presença junto ao presidente da República de um primeiro-ministro capaz de enfeixar parte das atribuições do Executivo, desde que respaldado partidariamente.

Crises são parte do jogo

O otimismo continua a constante das considerações presidenciais, e Sarney evolui sobre os obstáculos do presente. O Plano Cruzado dá certo, a face da Nação mudou. Casos como o da falta de carne, leite e outros gêneros são conjunturais. Fazem parte do jogo, cada um quer ganhar o máximo e isso é intrínseco ao sistema capitalista que adotamos. Não envereda pelas ameaças, “pois o governo não deve ameaçar ninguém”, nem identifica complôs ou sabotagem contra a Nova República, mas, apenas, fatos que cabe ao poder público enfrentar e corrigir, sempre que necessário. No caso da carne, ela falta porque o produtor prefere engordar o boi, passá-lo de 16 para 20 arrobas e vendê-lo mais tarde com lucro maior. O governo determinou a importação vultosa, para garantir e normalizar o abastecimento. Como possui menos know-how que os particulares, a Interbrás encontrou alguns empecilhos na hora de fechar as operações. Importadores privados se intrometeram, oferecendo mais 10 dólares por tonelada de carne, se fi-

zessem o negócio ao invés do governo. Tudo isso, o presidente repete, faz parte do jogo de mercado, é enfrentado e superado pelo governo. As importações estão sendo feitas para enfrentar uma conjuntura, o congelamento de preços será mantido e a sociedade e os meios de produção encontrarão condições de ajustamento. Com o Plano Cruzado, os salários tiveram um aumento real da ordem de 40%, sendo naturalíssimo que a população passasse a comprar mais. Aumentou a demanda de produtos.

Integração americana

Sarney falou de sua viagem à Argentina, nos dias 28 e 29. Do diálogo com o presidente Raul Alfonsín participará, também, Julio Sanguinetti, presidente do Uruguai. Os três países possuem economias complementares, sendo natural que, nas suas atuais fases de afirmação democrática e de crescimento econômico, procurem integrar-se. Isso nada tem a ver com a formação de um bloco de devedores, ainda que o problema da dívida externa seja comum aos três e deva também ser examinado. Dá um exemplo: importamos arroz da Tailândia, em certo momento, assim como milho dos Estados Unidos e carne do Mercado Comum Europeu. Argentina e Uruguai, por seu turno, importam produtos que temos aqui, especialmente industriais. Não seria muito melhor que essas operações se fizessem entre os três países, sempre que possível? A integração econômica servirá para reforçar as estruturas democráticas respectivas, e que resultado poderia ser melhor para os Estados Unidos, se a alguém for dado argumentar que Washington não a verá com bons olhos?